

TENDÊNCIAS ESTATÍSTICAS DA SEXUALIDADE ADOLESCENTE NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E RESISTÊNCIAS

**STATISTICAL TRENDS IN ADOLESCENT SEXUALITY IN BRAZIL:
IMPLICATIONS FOR SCHOOLS REGARDING THE PRODUCTION OF
SUBJECTIVITIES AND FORMS OF RESISTANCE**

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde • 20/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787200997](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787200997)

Valentina Zanotti

Marcus Antoniusda Costa Nunes

RESUMO

O presente artigo analisa a sexualidade na adolescência no Brasil a partir da articulação entre dados epidemiológicos e educacionais e referenciais teóricos críticos, com ênfase no papel da escola na produção de normalizações e resistências. A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, estruturada em três eixos metodológicos — análise de dados secundários provenientes de bases oficiais, revisão integrativa da literatura sobre educação sexual e subjetividades juvenis, e interpretação foucaultiana dos resultados. Os dados evidenciam que, embora tenha ocorrido redução significativa da gravidez na adolescência nas últimas duas décadas, persistem desigualdades estruturais profundas relacionadas à iniciação sexual precoce, ao uso insuficiente de preservativos, ao crescimento das infecções sexualmente transmissíveis e à elevada prevalência de violência sexual contra adolescentes. As análises revelam que tais fenômenos estão diretamente associados a desigualdades regionais, raciais, territoriais e educacionais, bem como à descontinuidade de políticas públicas de educação sexual. Nesse contexto, a escola emerge como espaço paradoxal — simultaneamente dispositivo de normalização dos corpos e condutas e campo de produção de resistências, subjetividades e agência juvenil. Conclui-se que o enfrentamento das vulnerabilidades relacionadas à sexualidade adolescente exige políticas públicas intersetoriais, baseadas em evidências e comprometidas com uma educação sexual crítica, laica e emancipatória, capaz de promover autonomia, equidade e justiça social.

Palavras-chave: Sexualidade adolescente; Educação sexual; Escola; Desigualdades sociais; Subjetividades juvenis.

ABSTRACT

This article analyzes adolescent sexuality in Brazil by integrating epidemiological and educational data with critical theoretical frameworks, emphasizing the school's role in generating both normalization and resistance. The research employs a mixed-methods approach structured around three methodological axes: analysis of secondary data from official sources, an integrative literature review on sex education and youth subjectivities, and a Foucaultian interpretation of the results. The data show that, despite a significant decline in adolescent pregnancy over the last two decades, deep structural inequalities persist regarding early sexual initiation, insufficient condom use, rising rates of sexually transmitted infections, and a high prevalence of sexual violence against adolescents. Analyses reveal that these phenomena are directly linked to regional, racial, territorial, and educational inequalities, as well as the lack of continuity in public policies regarding sex education. In this context, the school emerges as a paradoxical space—simultaneously a mechanism for normalizing bodies and behaviors and a site for the production of resistance, subjectivities, and youth agency. The study concludes that addressing vulnerabilities related to adolescent sexuality requires intersectoral, evidence-based public policies committed to a critical, secular, and emancipatory sex education capable of fostering autonomy, equity, and social justice.

Keywords: Adolescent sexuality; Sex education; School; Social inequalities; Youth subjectivities.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre sexualidade na adolescência tem se intensificado no cenário educacional, sanitário e social

brasileiro, revelando a complexidade das experiências juvenis e os desafios estruturais que marcam a formação das novas gerações. As transformações socioculturais, a ampliação do acesso às tecnologias digitais, as disputas morais em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e as tensões políticas que atravessam a escola enquanto instituição pública têm reposicionado a temática como prioridade nas agendas de pesquisa e formulação de políticas públicas. Nesse contexto, compreender a sexualidade como dimensão constitutiva do desenvolvimento humano — e não apenas como comportamento de risco — torna-se fundamental para a garantia dos direitos e da saúde integral de adolescentes.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE, 2019) revelam que 28,5% dos adolescentes brasileiros entre 13 e 17 anos já iniciaram a vida sexual, evidenciando relativa estabilidade em relação às edições anteriores, mas mantendo expressivas desigualdades regionais, raciais, territoriais e de gênero. A iniciação sexual tende a ocorrer mais cedo em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, nos quais o acesso à informação qualificada, serviços de saúde e ambientes escolares acolhedores é limitado, fenômeno amplamente discutido na literatura nacional e internacional.

Paralelamente, o Ministério da Saúde (2024) registra uma queda de 56% na taxa de gravidez na adolescência entre 2000 e 2023, resultado associado à ampliação do acesso a métodos contraceptivos, à melhoria das políticas de saúde sexual e reprodutiva e ao avanço de programas intersetoriais. No entanto, o país ainda apresenta uma das maiores taxas da América Latina (UNICEF, 2023), apontando para desigualdades persistentes que atravessam raça, classe, território e escolarização. Ao mesmo tempo,

indicadores de infecções sexualmente transmissíveis entre adolescentes, como sífilis adquirida e sífilis congênita, têm aumentado (SINAN, 2023), reforçando que avanços coexistem com desafios que demandam respostas educativas mais consistentes.

Nesse cenário, a escola assume uma posição ambígua e estratégica. De um lado, conforme analisa Foucault (1979), ela integra o conjunto de instituições modernas encarregadas de normatizar corpos, regular condutas e produzir discursos de verdade sobre sexualidade, operando por meio de dispositivos disciplinares que delimitam comportamentos considerados aceitáveis ou desviantes. De outro, a escola é também espaço de encontro, diálogo, construção identitária e disputa simbólica, no qual adolescentes produzem resistências, reinventam sentidos e elaboram modos próprios de subjetivação, como apontam estudos de Louro (1997; 2004) e Butler (2003).

Essa tensão entre normalização e resistência torna a instituição escolar um território privilegiado para investigar como discursos sobre sexualidade circulam, são negociados, apropriados ou contestados pelos sujeitos. Ao articular dados estatísticos nacionais a referenciais teóricos críticos, este artigo busca compreender como os fenômenos demográficos e epidemiológicos relacionados à sexualidade adolescente se conectam às práticas educativas, aos silenciamentos institucionais e às possibilidades de emancipação presentes na escola brasileira.

Assim, com este trabalho pretende-se analisar tendências estatísticas recentes e discutir suas implicações para a produção de subjetividades juvenis, considerando a escola não apenas como aparelho normativo, mas como espaço potencial de autonomia,

reconhecimento e fortalecimento de resistências frente às desigualdades estruturais que atravessam a vida dos adolescentes.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, reconhecendo que fenômenos relacionados à sexualidade adolescente exigem a combinação entre análise numérica e compreensão interpretativa dos contextos socioculturais, conforme defendem autores como Creswell e Plano Clark (2011) em suas discussões sobre métodos mistos. Assim, estruturou-se um desenho metodológico composto por três eixos complementares.

O primeiro eixo consistiu na análise descritiva de dados secundários provenientes de bases oficiais, incluindo PENSE/IBGE (2015; 2019), SINAN/MS (2010–2023), Datasus/SIM/SINASC (2010–2024) e PNAD Contínua (2015–2023), além de relatórios internacionais da UNICEF e UNESCO (2023–2024). Esses indicadores permitiram identificar padrões de iniciação sexual, gravidez na adolescência, ISTs, violência sexual e desigualdades regionais.

O segundo eixo envolveu uma revisão integrativa da literatura sobre educação sexual, normalização da sexualidade e subjetividades juvenis, reunindo produções nacionais e internacionais publicadas nas últimas duas décadas. Essa etapa forneceu o marco teórico que orientou a interpretação dos dados e a compreensão da escola como espaço de disputa simbólica.

O terceiro eixo mobilizou uma interpretação foucaultiana dos resultados, recorrendo a conceitos como biopolítica, disciplina, dispositivo, normalização e resistência para analisar como discursos

e práticas escolares moldam modos de existência e agência entre adolescentes.

A integração dos três eixos possibilitou uma leitura que articula tendências epidemiológicas e demográficas às dinâmicas socioculturais e institucionais que estruturam a vivência da sexualidade adolescente no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

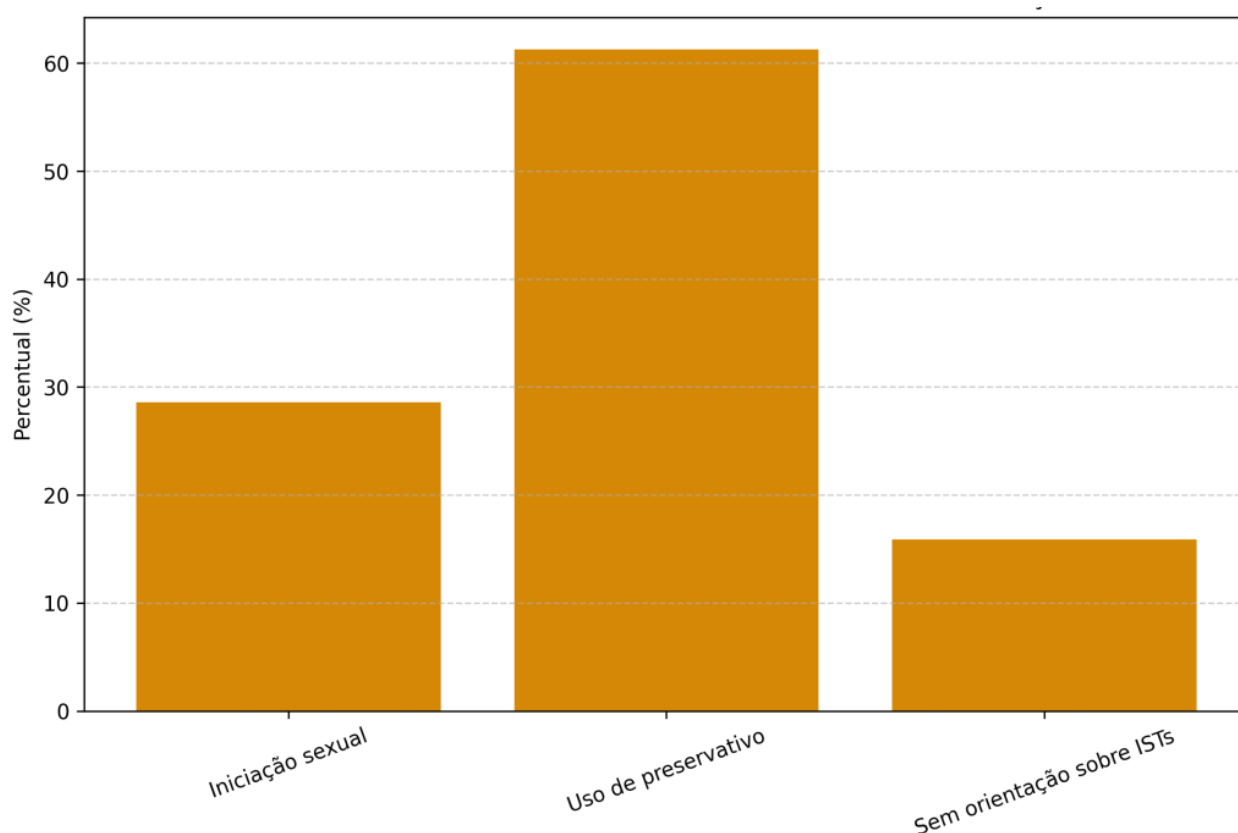
3.1. Iniciação Sexual e Acesso à Informação

A análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE/IBGE, 2019) permite compreender tendências relevantes sobre a iniciação sexual e o acesso à informação entre adolescentes brasileiros. No conjunto nacional, 28,5% dos estudantes de 13 a 17 anos afirmaram já ter iniciado a vida sexual, percentual que se mantém relativamente estável em relação às edições anteriores, mas que é profundamente marcado por desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas. Tais disparidades revelam que a vivência da sexualidade está diretamente relacionada às condições de vida, às oportunidades educacionais e à presença — ou ausência — de políticas públicas consistentes no território.

Entre os adolescentes sexualmente ativos, 61,2% relataram uso de preservativo na última relação (gráfico da figura 1), indicador que, embora superior ao de décadas anteriores, segue abaixo das metas nacionais e internacionais recomendadas para prevenção combinada. A insuficiência no uso regular do preservativo dialoga com barreiras materiais (como dificuldade de acesso ou disponibilidade irregular), mas também com barreiras simbólicas, como estigmas e constrangimentos que envolvem o tema da

sexualidade juvenil. Soma-se a isso o fato de que 15,8% dos estudantes não receberam qualquer orientação escolar sobre prevenção de ISTs, evidenciando fragilidades na implementação de políticas de educação sexual e na formação de professores para lidar com o tema.

Figura 1. Indicadores da PENSE 2019 sobre iniciação sexual, uso de preservativo e acesso à informação (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE 2019.

As desigualdades se aprofundam quando analisados os recortes regionais. As regiões Norte e Centro-Oeste concentram tanto maior proporção de adolescentes que iniciaram a vida sexual precocemente quanto menores índices de uso de preservativo e maior ausência de orientação escolar, revelando um quadro de vulnerabilidade ampliada. Essas diferenças refletem não apenas desigualdades socioeconômicas históricas, mas também a fragilidade das redes de saúde e educação em determinados

territórios, a descontinuidade de programas intersetoriais e a influência de discursos moralizantes que dificultam a institucionalização da educação sexual nas escolas brasileiras.

Dessa forma, os dados da PENSE evidenciam que a iniciação sexual na adolescência não ocorre em um vácuo social, mas em um contexto permeado por silenciamentos institucionais, desigualdade de acesso à informação e resistências culturais à abordagem pedagógica da sexualidade. A leitura integrada desses indicadores reforça que a ausência de programas sistemáticos de educação sexual amplia vulnerabilidades, reduz a autonomia juvenil e compromete a capacidade de tomada de decisões seguras. Portanto, compreender a iniciação sexual dos adolescentes exige não apenas o exame de percentuais, mas a análise das condições estruturais que influenciam — e limitam — as possibilidades de proteção, informação e cuidado nas diferentes regiões do país.

3.2. Gravidez na Adolescência e Ists Entre Jovens: Desigualdades Estruturais, Tendências Epidemiológicas e Implicações para Políticas Públicas

A análise conjunta da gravidez na adolescência e da incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre jovens brasileiros revela um cenário complexo, marcado por avanços importantes, mas também pela persistência de desigualdades estruturais profundas. Os dois fenômenos — muitas vezes tratados de forma isolada — articulam-se diretamente com determinantes sociais, raciais, territoriais e educacionais, influenciando de maneira significativa as trajetórias de vida de adolescentes, especialmente aqueles que vivem em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

A análise das estatísticas sobre gravidez na adolescência no Brasil revela avanços significativos ao longo das últimas duas décadas, ao mesmo tempo em que evidencia desigualdades persistentes que atravessam regiões, classes sociais e oportunidades educacionais, conforme apresentado na tabela 1. Segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde, 2024), a taxa de nascidos vivos de mães adolescentes entre 10 e 19 anos apresentou queda expressiva, passando de 74,3 por mil em 2000 para 32,4 por mil em 2023 — uma redução superior a 50%. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, a queda chega a 59%, sugerindo mudanças comportamentais, maior acesso à informação e ampliação do uso de contraceptivos.

Tabela 1. Evolução dos indicadores de gravidez na adolescência no Brasil (2000–2023)

Ano	Taxa de nascidos vivos de mães 10–19 anos (por mil NV)	Taxa de nascidos vivos de mães 15–19 anos (por mil NV)
2000	74,3	65,0
2005	68,0	60,5
2010	60,5	55,0
2015	48,1	44,0
2020	35,2	32,0
2023	32,4	27,0

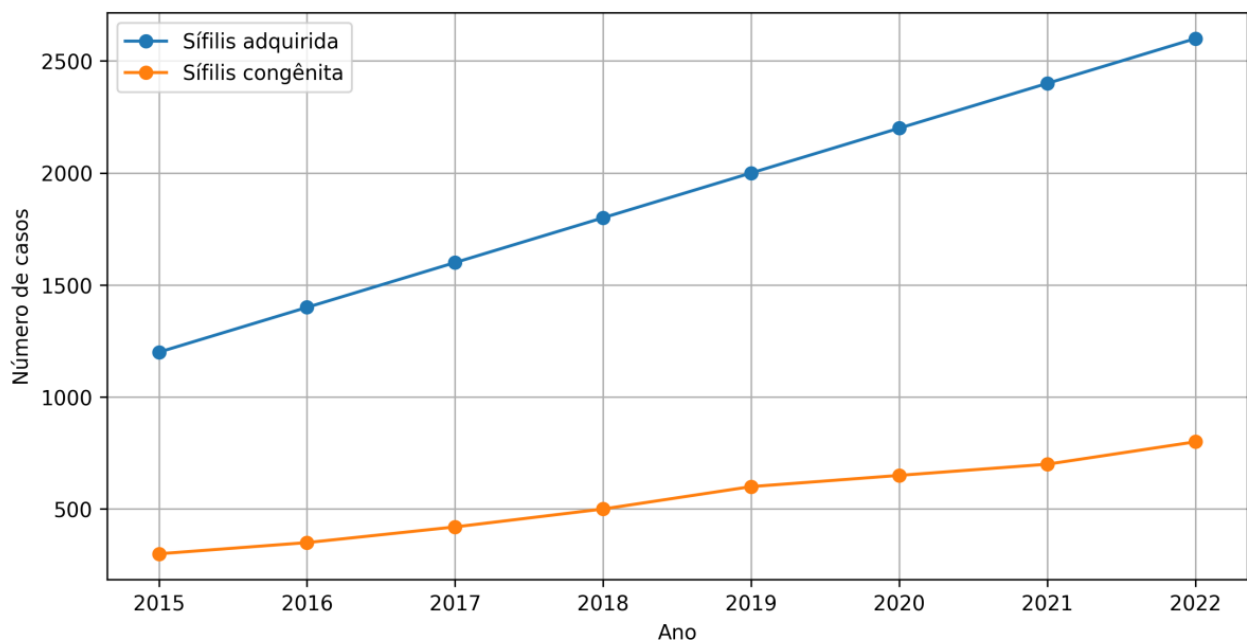
Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC (2024).

Apesar desses avanços, o fenômeno permanece desigual. As regiões Norte e Nordeste apresentam taxas consistentemente superiores à média nacional, refletindo desigualdades estruturais relacionadas ao baixo acesso à educação, fragilidade dos serviços de saúde, pobreza e persistência de padrões culturais que naturalizam a maternidade precoce. Em muitos desses territórios, a gravidez adolescente se relaciona a fatores como evasão escolar, desigualdades de gênero e ausência de políticas educacionais de sexualidade. Desse modo, a redução das taxas, embora positiva, não tem sido homogênea nem está garantida. A descontinuidade histórica de programas de educação sexual e de políticas intersectoriais compromete a sustentabilidade desses resultados.

Nesse caminho, esses indicadores demonstram que, apesar dos avanços, a gravidez precoce permanece fortemente associada ao pertencimento a grupos sociais vulnerabilizados. A análise desse fenômeno exige, portanto, políticas integradas de educação, saúde e assistência social que garantam condições para que adolescentes possam exercer autonomia reprodutiva e construir trajetórias educacionais contínuas.

Outro dado importante é a evolução das ISTs entre adolescentes no Brasil que revela uma tendência preocupante, impondo desafios à saúde pública e às políticas de proteção da juventude. Dados recentes do SINAN (2023) mostram aumento de 27% nos casos de sífilis adquirida entre adolescentes entre 2015 e 2022 (gráfico da figura 2). Paralelamente, os casos de sífilis congênita também cresceram, refletindo falhas sistêmicas na prevenção, no diagnóstico e no acompanhamento de gestantes adolescentes.

Figura 2. Tendência dos casos de sífilis adquirida e sífilis congênita em adolescentes (2015–2022)



Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2023).

Embora os sistemas de notificação tenham melhorado, o crescimento dos casos evidencia entraves estruturais, tais como: barreiras de acesso aos serviços de saúde; estigma em torno da sexualidade juvenil; falta de programas contínuos de prevenção; insuficiência de educação sexual escolar; desigualdades profundas associadas à raça, classe e território.

Desse modo, o crescimento contínuo das ISTs demonstra que as políticas preventivas não têm alcançado de modo equitativo a população adolescentes, especialmente jovens negros, periféricos e residentes em áreas rurais. A diminuição do uso de preservativos, observada em pesquisas recentes, aliada à ausência de educação sexual nas escolas, agrava ainda mais o quadro.

É nesse contexto que a integração entre saúde e educação se torna fundamental. A escola — quando comprometida com práticas críticas e não moralizantes — pode atuar como espaço de

informação qualificada, prevenção e acolhimento. Políticas curriculares que incluam educação sexual contínua, associadas ao fortalecimento da atenção básica, da testagem rápida e do tratamento precoce, são essenciais para reduzir a transmissão de ISTs e ampliar a autonomia juvenil.

3.3. Violência Sexual, Normalização Escolar e Resistências Juvenis: Entre a Vulnerabilidade Estrutural e a Produção de Subjetividades

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das expressões mais graves das violações de direitos humanos no Brasil e revela um quadro persistente de vulnerabilidade estrutural que envolve fatores sociais, culturais e institucionais. Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/DATASUS) demonstram que 83% das vítimas de violência sexual têm até 19 anos, evidenciando o impacto desproporcional desse tipo de violência sobre sujeitos em fase de desenvolvimento psicossocial. Esse padrão confirma que adolescentes representam um grupo de risco elevado, exposto as dinâmicas de controle, coerção e silenciamento que dificultam a denúncia e o acesso a redes de proteção.

Outro dado alarmante é que, em 72% dos casos notificados, o agressor é uma pessoa conhecida da vítima — familiares, vizinhos, parceiros íntimos ou pessoas presentes em seu cotidiano (tabela 2). Assim, a violência sexual cometida por indivíduos com algum vínculo afetivo reforça a complexidade do fenômeno, favorece o silenciamento e intensifica a manipulação emocional e a revitimização, especialmente em contextos marcados por desigualdades de gênero e relações assimétricas de poder.

Tabela 2. Indicadores de violência sexual contra adolescentes no Brasil

Indicador	Percentual	Fonte
Vítimas de violência sexual com até 19 anos	83%	SIM/SINAN Datasus (2023)
Casos em que o agressor é conhecido da vítima	72%	SIM/SINAN Datasus (2023)
Crescimento das notificações entre adolescentes (2015–2022)	+32%	SINAN (2023)
Prevalência maior entre meninas	78%	SINAN (2023)
Subnotificação estimada	Alta	Estudos do MS e UNICEF

Fonte: Ministério da Saúde, SIM e SINAN/Datasus (2023).

A escola, nesse cenário, assume papel estratégico. Por ser um espaço de convivência cotidiana e de observação continuada, costuma ser o primeiro local onde sinais de violência aparecem, seja por mudanças comportamentais, queda no desempenho acadêmico, absenteísmo ou relatos indiretos. No entanto, a capacidade de resposta institucional depende da existência de protocolos claros, formação continuada dos profissionais e articulação efetiva com a rede de proteção — Conselho Tutelar, CRAS/CREAS, unidades de saúde e Ministério Público. A ausência desses mecanismos fragiliza o enfrentamento da violência e contribui para a perpetuação dos ciclos de abuso.

A leitura desses indicadores evidencia que a violência sexual não é evento isolado, mas um fenômeno profundamente articulado a relações de poder, desigualdades estruturais e fragilidades

institucionais. Exige, portanto, respostas intersetoriais que articulem escola, saúde, assistência social, sistema de justiça e comunidades, para garantir proteção integral e reduzir danos.

Ao mesmo tempo, a compreensão desse fenômeno passa necessariamente pelo reconhecimento de que a escola é também um dispositivo de normalização, como apontam Foucault (1979), Louro (1997; 2004) e Butler (2003). A instituição escolar opera discursos de controle moral, silenciamentos, práticas disciplinadoras e currículos que frequentemente marginalizam temas ligados à sexualidade, diversidade e gênero. Essas práticas contribuem para a produção de subjetividades que se alinham — voluntária ou coercitivamente — às normas hegemônicas.

Contudo, as normas não se instalam sem resistência. No cotidiano escolar, adolescentes reinterpretam, tensionam e desestabilizam mecanismos normativos, abrindo fissuras no poder disciplinar. Emergências como: coletivos LGBTQIA+; práticas pedagógicas críticas; projetos culturais e artísticos; performances identitárias dissidentes; demonstram que a escola também é espaço de invenção de si, de solidariedade e de produção de modos de existir que desafiam a heteronormatividade e expandem horizontes de reconhecimento.

Nesse sentido, a violência sexual e a normalização escolar não são dimensões separadas, ambas se articulam na constituição de subjetividades juvenis. Enquanto a violência revela vulnerabilidades estruturais, a normalização produz limites do que pode ser dito, vivido e reconhecido; entretanto, as resistências juvenis reabrem espaços para autonomia, cuidado de si e reinvenção das relações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada dos dados epidemiológicos, demográficos e educacionais, associada a um referencial teórico crítico ancorado em Foucault, Louro e Butler, evidencia que a sexualidade adolescente no Brasil é atravessada por múltiplas camadas de desigualdade social, racial, territorial e institucional. Os indicadores da PENSE, do SINASC e do SINAN mostram que avanços importantes — como a redução expressiva da gravidez na adolescência — coexistem com desafios persistentes, entre eles o aumento das ISTs, a manutenção de comportamentos sexuais desprotegidos e a elevada prevalência de violência sexual. Esses fenômenos não podem ser compreendidos isoladamente, pois refletem a estrutura histórica de vulnerabilização das juventudes, especialmente daquelas pertencentes às periferias urbanas, áreas rurais, grupos racializados e contextos de baixa escolarização.

Os resultados evidenciam que o acesso à informação qualificada e a políticas públicas consistentes permanece profundamente desigual. A ausência — ou descontinuidade — de programas de educação sexual na escola, somada às barreiras de acesso aos serviços de saúde, contribui para a reprodução de práticas de risco e limita a autonomia dos adolescentes em relação às suas escolhas afetivo-sexuais e reprodutivas. Nesse sentido, as desigualdades regionais observadas na iniciação sexual, no uso de preservativos e na ocorrência de ISTs e gravidez precoce revelam não apenas diferenças territoriais, mas o impacto direto da desigualdade estrutural brasileira na vivência da sexualidade juvenil.

A escola, enquanto instituição central na vida dos adolescentes, emerge como espaço paradoxal, simultaneamente dispositivo de

normalização e campo de possibilidades. Se, por um lado, opera discursos disciplinadores que silenciam, regulam e restringem a expressão da sexualidade; por outro, constitui lugar privilegiado para construção de resistências, produção de subjetividades e circulação de novos discursos. As iniciativas juvenis — como coletivos, práticas culturais e performances identitárias — mostram que os estudantes não são receptores passivos das normas, mas agentes que tensionam e reconfiguram significados, ampliando espaços de reconhecimento e diversidade.

Dessa forma, a pesquisa reafirma que enfrentar os desafios relacionados à sexualidade adolescente exige políticas públicas intersetoriais, sistemáticas e baseadas em evidências, que articulem escola, saúde, assistência social e comunidade. Exige também a institucionalização permanente da educação sexual como prática pedagógica emancipatória, crítica, laica e sensível às desigualdades, sem a qual os jovens permanecem expostos a riscos evitáveis e privados do direito ao conhecimento.

Conclui-se que a sexualidade, longe de constituir mero comportamento individual, é produzida no entrelaçamento de discursos sociais, estruturas institucionais, oportunidades materiais e relações de poder. Assim, compreender a sexualidade adolescente implica reconhecer a urgência de fortalecer políticas de proteção, ampliar o acesso à informação, democratizar práticas educativas e promover ambientes escolares acolhedores — capazes não apenas de prevenir danos, mas de potencializar formas plurais e dignas de existir. Em última instância, promover a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes significa promover justiça social, equidade e a efetivação de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *DATASUS: SIM e SINASC – estatísticas vitais e de saúde (2010–2024)*. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN: dados de sífilis e violência sexual em adolescentes (2010–2023)*. Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC: estatísticas de nascidos vivos por idade da mãe (2000–2023)*. Brasília, 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. *Designing and conducting mixed methods research*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015: PENSE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019: PENSE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: notas metodológicas e resultados 2015–2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UNESCO. *Relatórios e bases de dados sobre educação em sexualidade e saúde sexual e reprodutiva de adolescentes*. Paris: UNESCO, 2023.

UNICEF. *Base de dados estatísticos sobre adolescência, saúde sexual e reprodutiva e gravidez na adolescência*. Brasília: UNICEF, 2023.